

1,8 milhão ajuda no sustento da casa



Ela (a criança) está tão atarefada cuidando dos irmãos e da casa, que não consegue usufruir de seus próprios direitos"

Gustavo Henrique da Silva Camargos,
conselheiro tutelar de Planaltina II



Arquivo Pessoal

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes, com dados de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que aproximadamente 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham em todo o território nacional, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nessa faixa etária.

De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fnpeti), entre os anos de 2016 a 2019, o número de crianças e adolescentes trabalhadores infantis no Brasil caiu de 2,1 milhões para 1,8 milhão.

O Fnpeti analisa que "a série histórica registra a tendência de diminuição do trabalho precoce. Contudo, é muito pequena para garantir a erradicação de todas as formas de trabalho infantil em 2025, compromisso firmado pelo Brasil com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas".

Segundo a ONG "Criança Livre", para o Fórum Nacional, o cumprimento da meta torna-se ainda mais improvável devido ao agravamento da crise socioeconômica no contexto da pandemia da covid-19, pela desestruturação de políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, pela ausência de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, e também pela redução de recursos financeiros para as ações de fiscalização do trabalho por parte do governo federal. Assim, então, o agravamento da situação atual será captado pelas pesquisas ainda não divulgadas de 2020 e 2021.

No DF existem 40 conselhos tutelares, cada um deles com cinco conselheiros em exercício, sendo 200 ao todo. Eles funcionam 24 horas por dia e sete dias por semana. O conselheiro tutelar Gustavo Henrique da Silva Camargos, 32 anos, Bacharel em direito e pós-graduado em direito público pela Escola da Magistratura, relata que para entender quais os casos de denúncia são mais frequentes é necessária a diferenciação entre quatro formas de trabalho infantil.

"Em relação à exploração sexual, onde se promete algo, o indivíduo satisfaz a libido a partir da promessa de entrega de algo, por exemplo, uma adolescente que esteja em situação de exploração sexual, entrega seu corpo para conseguir alimentos para sua família, situação mais comum na região Norte.

4,6%
da população
brasileira entre
5 e 17
anos
está em uma
situação irregular:
trabalhando

No DF é mais comum as pessoas trabalharem a ideia da exploração sexual com adolescentes mais novos, onde um adulto começa a namorar uma adolescente, por exemplo, e, em troca ajuda a família dela, sendo no pagamento de aluguel ou comida".

Nas ruas

Segundo ele, esse fato pode configurar tanto trabalho infantil como a exploração sexual de criança e do adolescente. Há outra forma de trabalho infantil, na qual empresas que contratam adolescentes para trabalhar sem remuneração correta e sem condições saudáveis. O trabalho infantil doméstico é aquele onde se atribui a uma criança ou adolescente os afazeres principais da casa, por exemplo, cuidar dos irmãos mais novos, limpar a casa, lavar roupa, lavar louça, passar roupa. Nesse caso, o adulto delega para essa criança ou adolescente afazeres domésticos, e direitos são violados, como o acesso à educação.

"Ela está tão atarefada cuidando dos irmãos e da casa, que não consegue usufruir de seus próprios direitos. É importante deixar claro que esse tipo de violação é totalmente diferente da participação da criança e do adolescente nos afazeres da casa."

Por fim, a quarta e mais comum são crianças nas ruas, nos semáforos, vendendo itens para ajudar a família a conseguir dinheiro. Essa também é uma forma de exploração do trabalho infantil, porque o trabalho não é adequado para criança ou adolescente. "Ele está bem presente no DF principalmente em razão da pandemia e da atual situação do país em relação à falta de recursos financeiros", explica.

Gustavo destaca a importância de elucidar que o trabalho infantil normalmente está atrelado a outras violações de direitos. Por exem-

plo, uma criança ou adolescente em situação de trabalho infantil pode estar violando o direito à educação, ou pode prejudicar a saúde se o trabalho for pesado, entre outras. Ele explica que o primeiro passo do conselho tutelar é identificar quais são os direitos violados e a partir da identificação do trabalho infantil, as medidas de proteção adequadas para cada caso.

O Conselho Tutelar deve aplicar uma medida de proteção e ela vai ser executada pelo Estado ou por algum autor, que tenha dentro da rede de proteção da criança e do adolescente.

"O conselho tutelar não recolhe crianças nas ruas, o que ele faz é a partir da identificação de uma violação de direito. Por exemplo, uma criança está vendendo bala no semáforo, nesse caso do trabalho infantil, o conselho tutelar vai acionar a equipe de abordagem de ruas que é feita pelo Instituto IPÊS vinculadas aos CREAS, o serviço especializado de assistência social que tem em toda RA", afirma.

Esse pessoal vai identificar junto a essa criança a rede de apoio que ela tem, quem são os familiares dela, e porque ela está naquela situação. O conselho, a partir desse relatório, vai buscar medidas de proteção mais adequadas para o caso. "Pode ser, por exemplo, o acolhimento institucional dessa criança ou adolescente. Levar a criança para uma casa de acolhimento que há em todo o DF, mas é uma medida extrema e só é aplicada em último caso. O conselho tutelar também pode advertir esses pais e pode representar junto à Vara de Infância por estarem descumprindo o dever deles, inerente ao poder familiar", explica.

Gustavo diz que as medidas dependem de cada caso e elas, provavelmente, serão sempre voltadas ao restabelecimento de direitos da criança ou adolescente.

Para conscientizar a população, o Conselho Tutelar do Cruzeiro, juntamente com o CREAS da cidade, criaram uma campanha pedindo que os comerciantes não colaborassem com o trabalho infantil. "Eles fizeram a emissão de alguns cartazes e começaram a divulgar no comércio local pedindo que não fosse dado esmolas para as pessoas de ruas, e sim que esse dinheiro fosse doado para uma instituição que trabalhe com essas pessoas.

O conselheiro Gustavo Henrique da Silva exemplifica que esse é um trabalho paralelo. Mas o coletivo também se reuniu em uma live no Instagram para debater o assunto. Ele afirma que essas e outras atividades buscam erradicar de uma vez por todas o trabalho infantil.